

Ministério da
Ciência e Tecnologia



SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG



RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

Coordenador da CGMG
José Domingos Gonzalez Miguez

JANEIRO 2008

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério da Ciência e Tecnologia
Sérgio Rezende
Ministro

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Luiz Antonio Barreto de Castro
Secretário

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT
Isaac Roitman
Diretor

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG
José Domingos Gonzalez Miguez

COLABORADOR

Marcos Willian Bezerra de Freitas

ÍNDICE

Tabela 1: DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – 2007	04
Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	04
• Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima.....	05
- Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa	05
- Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	10
- Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima	15

Atribuições das Coordenações da SEPED, criadas através do Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06/09/06, e do seu Regimento Interno, aprovado através da Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, DOU de 05/10/06, a saber:

Art. 8º À Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima compete:

I - coordenar e supervisionar a implementação de ações no âmbito da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, inclusive Protocolo de Quioto no País, e outras atividades afins;

II - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas dos programas temáticos, seus projetos e atividades;

III - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de cooperação internacional, que

venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

IV - estabelecer e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, para os programas temáticos, seus projetos e atividades, propondo medidas para correção de suas distorções e para seu aperfeiçoamento;

V - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da Política Nacional de Mudanças Globais do Clima, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VI - incentivar, apoiar, divulgar e coordenar os estudos e pesquisas científicas, em mudanças globais do clima, em especial no que se refere ao Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima ou outro que lhe venha a ser determinado;

VII - elaborar e coordenar a formulação de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade; e

VIII - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Gerente:

Gerente Executivo:

Objetivo do Programa:

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação.

No exercício de 2007, a SEPED, por intermédio da Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima coordenou duas ações deste Programa, sendo:

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa;
- **Ação 6909:** Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima

Coordenador das Ações: **José Domingos Gonzalez Miguez**

Ações da CGMC de acordo com os Programas 0473 e 1122:

Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa
- **Ação 6909:** Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

- **Ação 6751:** Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima

Objetivo da Coordenação:

Assessorar o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia nas questões relativas à mudança global do clima;

Acompanhar as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto;

Acompanhar os trabalhos científicos do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC, e gerenciar a divulgação dos relatórios e documentos do IPCC para especialistas brasileiros;

Coordenar os trabalhos para implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto no Brasil;

Exercer a função de Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

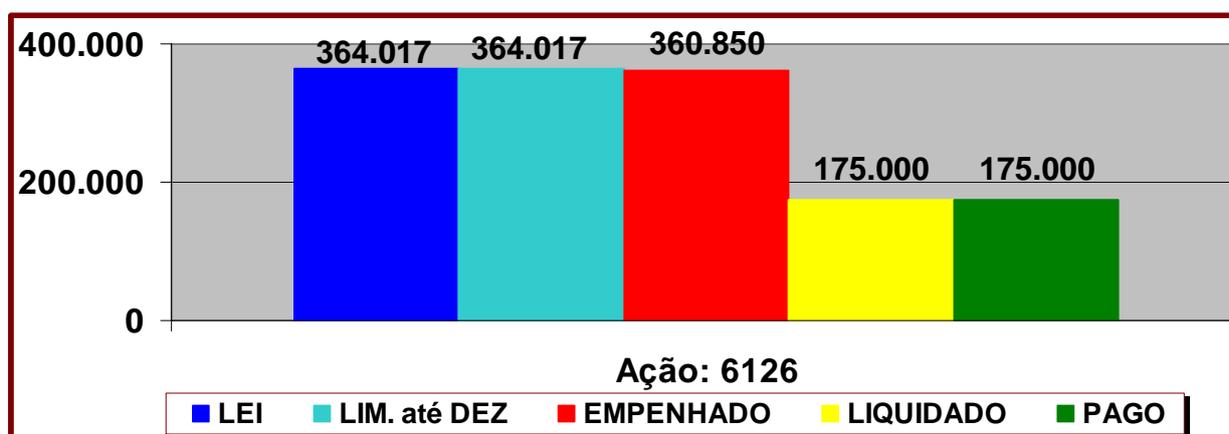
- **Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa**

Objetivo:

Elaboração periódica do inventário anual nacional de emissões de gases de efeito estufa e realização de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e floresta e tratamento de resíduos.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6126

No exercício de 2007, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R\$ 364.017,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e dezessete reais). Desse total, foram empenhados o montante de R\$ 360.850,00 (trezentos e sessenta mil, oitocentos e cinquenta reais) correspondendo à 99%, e liquidados e pagos R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) correspondendo à 48%. Os recursos empenhados e não liquidados e pagos em 2007 deverão ser realizados no início de 2008, visto que não houve cancelamento de empenho no âmbito da presente ação e todas as atividades previstas foram devidamente realizadas. Veja (Tab. 1, Fig. abaixo):



Metas físicas:

Cumprimento das Metas Físicas Previstas:

A meta física prevista para essa ação é de 01 (um) inventário atualizado e refere-se, especialmente, ao apoio à preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. Ocorre que a atualização do inventário não é realizada em apenas um ano e sim em, pelo menos, três a quatro anos, de acordo com os tratados internacionais que disciplinam a questão e dos quais o Brasil é signatário. No caso do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, os trabalhos de atualização desse inventário foram iniciados em janeiro de 2006 e deverão ser integralmente concluídos em dezembro de 2009, prazo previsto para que o Brasil submeta ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima a Segunda Comunicação Nacional do país, que é composta pelo inventário das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como por uma descrição geral das providências tomadas ou previstas para a implementação da Convenção no País. A maior parte dos trabalhos referentes à preparação do

Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa está sendo realizada no âmbito do projeto BRA/05/G31, em execução com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Portanto, a meta física de um inventário atualizado é prevista apenas para dezembro de 2009, nos termos acordados pelo país em âmbito internacional. A aferição de atendimento dessa meta física no âmbito do PPA é feita por meio da avaliação de execução do referido inventário, que deve ser preparado para cinco setores: energia; agropecuária; indústria e uso de solventes; uso da terra, mudança no uso da terra e florestas; e tratamento de resíduos. A avaliação realizada no final de 2007 conclui que, com exceção do setor de indústria e uso de solventes cuja previsão de início dos trabalhos, dada menor complexidade desse setor, era para o exercício de 2008, todos os demais setores do referido inventário estão com seus trabalhos em andamento e em ritmo adequado, sendo que no caso do inventário do setor de energia, os trabalhos estão bastante avançados e o relatório final está previsto ainda para o primeiro semestre de 2008. Assim, considerando o ritmo atual dos trabalhos de atualização do inventário, a meta física no âmbito do PPA foi considerada cumprida em sua totalidade, especialmente porque os recursos previstos nessa ação serviram, em 2007, para apoiar a preparação do inventário do setor de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas, o que permitiu que o cronograma de execução previsto para esse inventário setorial não sofresse atrasos, bem como para reimpressão e divulgação dos relatórios setoriais que serviram de base para elaboração do Primeiro Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Convênio entre o MCT e a FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor. A parte II desse inventário está em desenvolvimento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução.

Descrição dos recursos aplicados diretamente pela Unidade Gestora por meio da celebração de contratos, mediante realização de licitações:

- Contrato de prestação de serviços gráficos de publicação e reimpressão dos relatórios setoriais que serviram de base para elaboração do primeiro inventário das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não

controlados pelo Protocolo de Montreal, em português e inglês, bem como da Primeira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em português.

Implementação:

As principais atividades previstas para a ação 6126 em 2007 estavam relacionadas à continuidade dos trabalhos de elaboração dos relatórios de referência que deverão subsidiar a preparação do Segundo Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Em 2007 foram celebradas as parcerias mais relevantes para elaboração do citado inventário e iniciada a execução dos principais planos de trabalho setoriais, a saber: uso da terra, mudança no uso da terra e florestas; energia; agropecuária e tratamento de resíduos. Todas as dificuldades enfrentadas em 2006 e que impediram a execução desses trabalhos naquele exercício foram superadas em 2007 e permitiram que a execução dos planos de trabalho, ao final de 2007, atingissem ritmo adequado de implementação. Assim como ocorreu em 2006, desses setores, apenas o de mudança no uso da terra e florestas recebeu recursos da ação 6126 em 2007 repassados por meio de convênio firmado entre o MCT e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE visando gerar uma base de dados com o uso e cobertura vegetal do ano de 2002, cobrindo integralmente todos os biomas brasileiros, utilizando imagens de satélite de media resolução, com o objetivo de determinar a contribuição das mudanças de cobertura vegetal e uso da terra na Emissão de Gases do Efeito Estufa, para o período de 1994 a 2000. Esse estudo subsidiará a elaboração do Segundo Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa para o setor, que está em desenvolvimento no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31 e, segundo avaliação da execução do seu plano de trabalho realizada no início de 2008, encontra-se em ritmo adequado de desenvolvimento.

Os demais setores foram financiados integralmente pelo *GEF – Global Environment Facility* por meio do projeto BRA/05/G31, e também encontram-se em ritmo adequado de execução.

Além das atividades de elaboração do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, outra atividade também importante e implementada no âmbito da ação 6126 em 2007 refere-se à publicação e reimpressão dos relatórios setoriais que serviram de base para elaboração do primeiro inventário das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, em

português e inglês, bem como da Primeira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em português.

Resultados:

- Celebração de parcerias e início dos trabalhos para desenvolvimento dos relatórios setoriais do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, em especial, os setores de mudança no uso da terra e florestas, agropecuária, energia e tratamento de resíduos;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de energia para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Apresentação de resultados parciais de execução do relatório de referência do setor de mudança no uso da terra e florestas para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- Finalização do projeto Balanço de Carbono, que teve como objetivo estimar as emissões de gases de efeito estufa entre 1970 a 2004; desenvolver as metodologias para contabilidade e balanço dessas emissões nas diversas etapas de produção, transformação e uso de energia; e avaliar os impactos econômicos relacionados à mudança global do clima;
- Finalização do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”, que compreendeu a elaboração de um projeto de pesquisa para quantificar os efeitos sobre a economia brasileira da implementação de políticas públicas que visem a redução das emissões de gases de efeito-estufa (GEE). Para tanto foi construído um modelo inter-setorial aplicado de equilíbrio geral para simular os efeitos de ações relacionadas a políticas de redução de emissões, entre elas restrições quantitativas sobre as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis de determinados setores da economia e ou regiões.
- Atualização do sítio "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". Atualmente, o sítio sobre mudança do clima possui um total de **51.554 páginas publicadas** nos quatro idiomas. Com cerca de aproximadamente 100.000 acessos mensais nas páginas, o sítio responde a uma média de 400 consultas mensais por e-mail sobre informações a respeito dos trabalhos e das posições brasileiras na Convenção, além de ser o sítio temático mais acessado dentro do portal do MCT. Sobre esse sítio é importante mencionar que o *Google* realiza um dos mais importantes e eficientes levantamentos de classificação de páginas da *web*, denominado

Google PageRanker. De acordo com esse levantamento, a cada 10 (dez) pesquisas realizadas na Internet sobre o tema Mudança do Clima, 7 (sete) são direcionadas ao sítio de mudanças climáticas do MCT, demonstrando uma relevância de 7/10. Esse resultado é comum às ações 6909 e 6751.

- **Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**

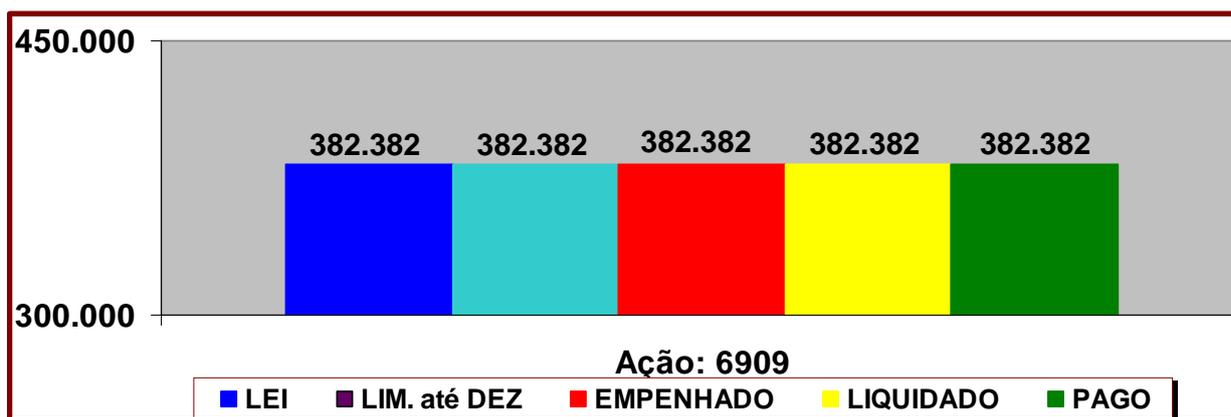
Objetivo:

O Protocolo de Quioto prevê em seu Artigo 12 o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que estabelece em seu parágrafo terceiro que sob esse mecanismo as Partes não incluídas no Anexo I, que inclui o Brasil, beneficiar-se-ão de atividades de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões.

O objetivo da inclusão desta ação no PPA é, portanto, avaliar projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que resultem em reduções de emissões nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos e em seqüestro de carbono por reflorestamento ou estabelecimento de novas florestas, bem como capacitar instituições e especialistas para atuação na área do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e em certificação dos projetos de MDL, contratar estudos e realizar visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6909

No exercício de 2007, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 382.382,00 (trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 382.382,00 (trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais), correspondendo à 100% do total da ação, veja (Tab. 2, Fig. abaixo).



Metas físicas:

Cumprimento das Metas Físicas Previstas:

A meta física prevista para essa ação é de 80 (oitenta) pareceres emitidos referentes à avaliação de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto. Em 2007, essa meta física foi superada com a emissão, apurada em 31/12/2007, de 86 (oitenta e seis) pareceres. O sucesso no cumprimento das metas físicas dessa ação se deve, especialmente, ao fato dos recursos terem sido liberados dentro do cronograma previsto, não gerando nenhum atraso ou dificuldade na implementação desta ação.

Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Parcela de 2007 no valor de R\$ 382.382,00 (trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais) prevista no documento de projeto BRA/07/002 celebrado entre o MCT, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE visando a modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de forma a possibilitar que o Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL. Os objetivos específicos previstos nesse documento de projeto, além de estarem em perfeita harmonia e conformidade com as metas da ação 6909, permitirão o cumprimento dessas metas e o avanço do Brasil no que se refere à propiciar um ambiente favorável à implementação de projeto MDL no país.

Implementação:

A principal atividade prevista e desenvolvida no âmbito dessa ação em 2007 refere-se à implementação dos objetivos e resultados previstos no documento de projeto BRA/07/002. O documento de projeto em questão foi gerado a partir de uma parceria firmada em 22/12/2006 entre o MCT, o PNUD e a ABC/MRE, e prevê o desenvolvimento de quatro objetivos específicos, a saber:

1. Estabelecimento operacional do painel de especialistas para avaliação técnica quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos MDL submetidos à CIMGC. O processo de análise de projetos submetidos à Comissão Interministerial é um ponto de suma importância, pois a qualidade dos projetos brasileiros, bem como a agilidade da Comissão na emissão das cartas de aprovação como Autoridade Nacional Designada dependem desse processo de análise de projetos. No sentido de fortalecer esse processo e atender a demanda crescente de análise de projetos, será estabelecido um painel de especialistas, divididos por setor, que deverão emitir pareceres sobre cada projeto submetido. Assim, cada especialista poderá dar sua parcela de contribuição no setor de sua respectiva competência, com uma análise técnica aprofundada sobre o projeto a ele encaminhado;

2. Estabelecimento de um mecanismo de consulta jurídica para a CIMCG . Além da parte de análise técnica acima mencionada, há, ainda, uma demanda crescente em relação à parte jurídica que envolve o MDL e as decisões e posicionamentos da Comissão Interministerial, na qualidade de Autoridade Nacional Designada. Nesse sentido, deve ser criado também um mecanismo de consulta jurídica que deverá ser acionado sempre que houver questionamentos dessa natureza no âmbito da Comissão. Por se tratar de um tema bastante técnico, específico e inovador e cujo entendimento, mesmo que jurídico, requer conhecimento técnico e das negociações internacionais que envolvem o MDL, é preciso fomentar a pesquisa jurídica no país sobre esse tema, bem como produzir pareceres, notas e outros instrumentos jurídicos que sirvam de subsídio aos trabalhos da Comissão Interministerial;

3. Desenvolvimento de programas de capacitação gerencial em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Outra questão igualmente importante refere-se à produção e divulgação de material informativo sobre o funcionamento do MDL. Projetos já vêm sendo implantados e aprovados, mas devido à complexidade das modalidades e os procedimentos para o mecanismo de desenvolvimento limpo, há necessidade de melhor compreensão das decisões do Conselho Executivo desse mecanismo e do seu Painel de Metodologias, bem como necessidade de ampla divulgação das normas estabelecidas pela Comissão Interministerial de Mudança

Global do Clima, o que pode ser feito de forma bastante didática e ampla com a preparação e divulgação de material na Internet, guias e cartilhas explicativas sobre o MDL;

4. Implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL. Para que o Brasil possa manter o papel de destaque em relação ao MDL é preciso reduzir os custos transacionais e aumentar a capacitação no país sobre temas relacionados à mudança do clima e ao Protocolo de Quioto, o que pode ser feito, além das ações acima, com a implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL, possibilitando, inclusive, uma melhor compreensão das circunstâncias nacionais na análise de projetos por parte das Entidades Operacionais genuinamente brasileiras. A estratégia de implementação desse objetivo consiste na identificação das instituições interessadas e com capacidade para credenciamento como Entidades Operacionais Designadas para que, a partir daí, possam ser realizados seminários e/ou cursos ministrados por representantes que compõem o Conselho Executivo do MDL, órgão que supervisiona o funcionamento do MDL em âmbito internacional. A Presidência do Conselho Executivo do MDL está atualmente sendo exercida por um representante brasileiro, que é o Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que facilita o contato com os Membros daquele Conselho e abre uma oportunidade ímpar para que o Brasil possa ter instituições capacitadas para credenciamento.

Todos esses objetivos estão em ritmo adequado de desenvolvimento.

Resultados:

Os principais resultados alcançados em 2007 no âmbito da ação de Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foram:

- O Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estando, em 2007, em terceiro lugar quanto ao número de projetos em desenvolvimento, com um total de 264 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 9% do total de projetos no mundo e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de 273 milhões de tCO₂e.
- O Brasil em 2007 ocupa o quarto lugar em número de projetos que já tiveram reduções certificadas de emissões (RCEs) emitidas, com um total de 14.729.899 RCE's;

- Realização, em 2007, de 06 reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que demonstra o cumprimento da previsão legal constante no art. 4º do Regimento Interno dessa Comissão, que é de uma reunião a cada 60 dias;
- Avaliação, pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 72 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto até dezembro de 2007, dos quais 64 foram aprovados, o que representa 88% do total avaliado;
- Emissão de 86 pareceres técnicos para subsidiar os trabalhos de avaliação de projetos realizados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que possibilitou a aprovação, em 2007, de 64 projetos;
- Publicação da Resolução n.º 05 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que revisa as definições das atividades de projetos de pequena escala no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo e dá outras providências;
- Publicação da Resolução n.º 06 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que altera a Resolução nº 2, de 10 de agosto de 2005, em relação à versão do documento de concepção de projeto do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;
- Implantação e funcionamento de uma área de acesso restrito no site “O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima” para os membros da Comissão. Com esse sistema de acesso restrito, a Secretaria Executiva da CIMGC está conseguindo impor maior agilidade e segurança na disponibilização dos documentos referentes aos projetos MDL submetidos à CIMGC para análise de seus membros;
- Publicação mensal do status das atividades de projetos MDL no Brasil e no mundo referentes ao período de agosto a dezembro de 2007, bem como organização de informações para subsidiar as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Executiva da Comissão, em especial, a análise documental de projetos submetidos à Comissão Interministerial;
- Implantação da primeira parte do Painel de Especialistas em MDL, por meio da contratação de técnicos para elaboração de pareceres com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, bem como preparação de respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e outros documentos julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão;

- Elaboração de proposta e início dos trabalhos de atualização do Guia de Orientação sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo visando atender à demanda de informações, claras e oficiais, para interessados em desenvolvimento de atividades de projetos que se enquadrem nas regras e procedimentos do MDL, incorporando as revisões, ampliações e novas regulamentações desde a COP-8, de Nova Deli, as resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima e as deliberações do Conselho Executivo do MDL, até 31 de julho de 2007. A atualização do referido Guia encontra-se em andamento, já tendo sido apresentada uma versão preliminar do Guia em questão. Embora o contrato de consultoria celebrado estabeleça em seu termo de referência que as atualizações seriam feitas até 31/07/2007, de acordo com entendimentos mantidos com a consultora responsável pela execução dos trabalhos, foi acertado que o Guia em questão deve incorporar atualizações até 31/12/2007, de forma a incluir as decisões XIII Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada no período de 02 a 14 de dezembro de 2007, em Bali, Indonésia;
- Início dos trabalhos de ampliação dos componentes MDL e Comissão Interministerial no sítio de mudança do clima da *home page* do MCT, incluindo a preparação e disponibilização de documentos, banco de dados e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados aos projetos MDL, bem como a diagramação de relatórios técnicos para ampliação dos demais componentes do sítio;
- Implantação do painel de consultas jurídicas para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;
- Desenvolvimento dos trabalhos de implantação do Sistema de Gerenciamento de Projetos MDL da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;
- Lançamento de edital para implantação da segunda parte do painel de especialistas setoriais do projeto BRA/07/002, para subsidiar a análise de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima nos setores de energia, agricultura, indústria e uso de solventes, uso da terra, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos. Esse edital foi lançado em 01/09/2007 nos principais jornais do país e também na página de mudança do clima no MCT, com especial destaque na página principal do MCT. O prazo para recebimento de currículos foi prorrogado até 31/12/2007, dada a grande procura e interesse pelo processo que, até o presente momento, recebeu mais de 800 currículos de todo o país;

- Estabelecimento de um grupo de trabalho composto por representantes do Operador Nacional do Sistema (ONS), do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para definir a sistemática de cálculo dos fatores de emissão de CO₂ resultantes da geração de energia elétrica verificada no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil. Durante a realização dos trabalhos desse Grupo foram realizadas três reuniões com desenvolvedores de projetos, em Brasília – DF e no Rio de Janeiro – RJ. Além disso, atualmente, a proposta gerada por esse Grupo foi submetida a uma Consulta Pública com prazo previsto para recebimento de críticas e sugestões até 30/01/2008, em atendimento à solicitação enviada pelo Deputado Arnaldo Jardim por meio de Ofício endereçado ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Rezende.

- **Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima**

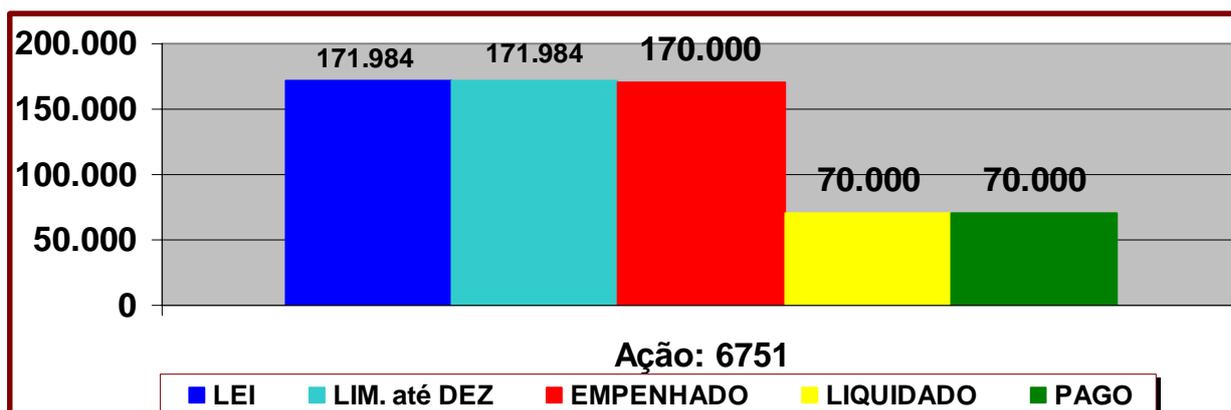
Objetivo:

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estabelece em seu Artigo 4, parágrafo primeiro, que todas as Partes, levando em conta suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias específicos, nacionais e regionais, devem executar diferentes ações listadas nos parágrafos de (a) até (j).

O objetivo da inclusão desta ação no PPA é a indução de pesquisa e desenvolvimento de ações visando obter informações (inexistentes atualmente) para subsidiar as negociações internacionais na área de mudança global do clima.

Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6751

No exercício de 2007, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R\$ 171.984,00 (cento e setenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais). Desse total, foram empenhados o montante de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) correspondendo à 99%, e liquidados e pagos R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) correspondendo à 41%. Os recursos empenhados e não liquidados e pagos em 2007 deverão ser realizados no início de 2008, visto que não houve cancelamento de empenho no âmbito da presente ação e todas as atividades previstas foram devidamente realizadas. Veja (Tab. 3, Fig. abaixo):



Metas físicas:

Cumprimento das Metas Físicas Previstas:

A meta física prevista para essa ação é de 01 (uma) pesquisa realizada visando obter informações (inexistentes atualmente) para subsidiar as negociações internacionais na área de mudança global do clima. Em 2007, essa meta física foi cumprida com as pesquisas realizadas no âmbito do convênio celebrado entre o MCT e a Fundepag, tendo o apoio da USP na execução.

Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Convênio entre o MCT e a FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor. A parte II desse inventário será desenvolvida no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução;
- Convênio entre o MCT e a Fundepag para continuidade do projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais".

Implementação:

Uma das principais atividades implementadas no âmbito dessa ação em 2007 refere-se ao desenvolvimento de um projeto com a FUNDEPAG e USP para montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando

submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Em 2007 foram apresentados produtos parciais dessa parceria, bem como ampliado o escopo da mesma, especialmente, no que se refere às quantidades e tipos de plantas pesquisadas.

Também está em desenvolvimento, no âmbito dessa ação e da ação 6126, o convênio entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994-2000.

Além disso, foi iniciado no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31 um trabalho de modelagem regional de mudança do clima por meio do qual reduções em escala de modelos de circulação global serão realizadas, bem como estudos sobre vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima, com ênfase no setor de saúde; no setor energético; nos recursos hídricos, enchentes e desertificação; no setor agropecuário; no manejo de zonas costeiras; e biodiversidade. Esse trabalho, a princípio, não contará com recursos da ação 6751 pois seu financiamento é integral pelo *GEF - Global Environment Facility*. Contudo, seus resultados e objetivos estão previstos no escopo da referida ação.

Resultados:

- Apresentação do relatório parcial do projeto "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais" que prevê a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Para tanto, serão realizados experimentos em que plantas serão cultivadas em câmaras especiais com alta concentração de gás carbônico;

- Criação de um sítio específico com os dados e resultados do projeto "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais";

- Celebração de parceria, no âmbito do projeto BRA/05/G31, entre o MCT, o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE/CPTEC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para desenvolvimento do projeto referente à modelagem regional de mudança do clima;

- Apresentação de relatórios parciais referentes ao convênio celebrado entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994-2000. A liberação dos recursos desse convênio

previsto para 2007, cujo empenho já foi realizado, deverá ocorrer em dezembro de 2007, conforme previsto no plano de trabalho acordado.